



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO

**PROCESSO TC N.º 06216/18**

Objeto: Pedido de Prorrogação de Prazo  
Relator: Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo  
Interessado: José Alberto Ferreira  
Advogado: Dr. Johnson Gonçalves de Abrantes

DECISÃO SINGULAR DSPL – TC – 00057/18

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa, enviado eletronicamente em 30 de agosto de 2018 pelo advogado, Dr. Johnson Gonçalves de Abrantes, em nome do Prefeito do Município de Mogeiro/PB, Sr. José Alberto Ferreira, sem, contudo, anexação do devido instrumento de mandato.

A referida peça está encartada aos autos, fl. 1.736, onde o ilustre causídico pleiteia a dilação do lapso temporal por mais 15 (quinze) dias, alegando, em síntese, o exíguo lapso temporal para organizar toda a documentação indispensável à elaboração da contestação do Sr. José Alberto Ferreira, sobretudo acerca dos novos fatos surgidos após a apresentação da defesa prévia.

É o relatório. Decido.

Ao compulsar o álbum processual, verifica-se que a situação informada pelo advogado, Dr. Johnson Gonçalves de Abrantes, em favor do Alcaide de Mogeiro/PB, Sr. José Alberto Ferreira, pode ser enquadrada no disposto no art. 216 do Regimento Interno do TCE/PB – RITCE/PB, *in verbis*:

Art. 216. O prazo para apresentação de defesa é de 15 (quinze) dias e poderá ser prorrogado, excepcionalmente, a juízo do Relator, uma única vez e por, no máximo, igual período.

Todavia, diante da ausência de instrumento de mandato, faz-se necessária a intimação do referido causídico para apresentação do referido documento, pois, sem procuração, o profissional da área jurídica não está devidamente habilitado para demandar nos autos, conforme dispõe o art. 252 do RITCE/PB c/c o art. 104 da Lei Nacional n.º 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil – CPC), *verbatim*:

Art. 252. Aplicam-se subsidiariamente a este Regimento Interno as normas processuais em vigor, no que couber.

Art. 104. O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO

**PROCESSO TC N.º 06216/18**

§ 1º Nas hipóteses previstas no caput, o advogado deverá, independentemente de caução, exibir a procuração no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período por despacho do juiz.

§ 2º O ato não ratificado será considerado ineficaz relativamente àquele em cujo nome foi praticado, respondendo o advogado pelas despesas e por perdas e danos. (grifos inexistentes no texto original)

Ante o exposto, acolho a solicitação e prorrogo o prazo por mais 15 (quinze) dias, a contar da publicação da presente decisão, consoante definido no art. 220, § 4º, inciso II, do RITCE/PB, para apresentação de contestação, **EXCLUSIVAMENTE**, acerca das inovações consignadas no relatório de análise de defesa, fls. 1.523/1.718, determinando, entretanto, a intimação do advogado, Dr. Johnson Gonçalves de Abrantes, para encaminhar, no mencionado termo, o devido instrumento procuratório, conforme dispõe o art. 252 do Regimento Interno da Corte c/c o art. 104 do Código de Processo Civil – CPC.

Publique-se, registre-se e intime-se.  
**TCE/PB – Gabinete do Relator**

João Pessoa, 30 de agosto de 2018

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO  
Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo  
**Relator**

Assinado 30 de Agosto de 2018 às 12:01



**Cons. Subst. Renato Sérgio Santiago Melo**

RELATOR